



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

PARECER JURÍDICO

Objeto: Projeto de Lei Ordinária nº 52/2022.

Autor: Poder Executivo Municipal

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em comodato o bem imóvel que especifica e dá outras providências.

I – DO RELATÓRIO

Foi encaminhado o Projeto de Lei nº 52/2022 que autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em comodato um imóvel onde funcionava a antiga capela mortuária, situado na Rua Holmes Ioris, esquina com a rua Carlos Drumond de Andrade, Lote nº 01 e Lote nº 02, ambos na Quadra 17, cada um com 480m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), situados no “Módulo Pioneiro”, localizado no “Projeto Juína – 1ª Fase”, neste município de Juína/MT, com construção de alvenaria de 527,13m² (quinhentos e vinte e sete vírgula treze metros quadrados), de propriedade do Rotary Club de Juína, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes mediante termo aditivo, com o fim de instalar Escola Municipal de Cultura e Artes Maíra Panas.

Em suas considerações o autor justifica que existindo interesse público primário no bojo do presente projeto de lei, que atende as necessidades do Município e apresentando a presente proposição juridicidade, constitucionalidade e legalidade, solicita que seja realizada sua apreciação e, consequente, aprovação.

É o sucinto relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

II.1 - Da competência e iniciativa

Sob o prisma da legalidade, não há quaisquer obstáculos a serem invocados, eis que o Projeto de Lei em epígrafe trata de matéria de competência legislativa do município em face do interesse local, encontrando amparo no Art. 30, inciso I, da Constituição Federal e no Art. 11 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

Art. 11. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara Municipal quanto aos utilizados em seus serviços.

Quanto à iniciativa da matéria em apreço, conclui-se por sua subjunção aos preceitos legais constantes na Lei Orgânica Municipal, em especial ao que dispõe o Art. 14, inciso III:

Art. 14. Ao Município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - instituir e arrecadar tributos, de sua competência, aplicando-os na forma da lei orçamentária;

II - arrecadar as demais rendas que lhe pertencer, na forma da lei;

III - dispor sobre a administração, alienação e utilização de seus bens;

(...)

Desta forma, não há vício de competência ou iniciativa no projeto em análise.

II.2 - Do comodato

Em linhas gerais, o comodato é o empréstimo gratuito de um bem infungível pelo qual o comodante (ROTARY CLUB) transfere a posse do bem ao comodatário (MUNICÍPIO DE JUÍNA) por um determinado período de tempo, no presente caso 60 (sessenta) meses.



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

É tido como contrato real, isto é, aperfeiçoa-se pela entrega do objeto. Mister esclarecer que cabe ao comodatário conservar a coisa como se sua fosse, não a utilizando de maneira danosa ou que a destrua sob pena de responder por perdas e danos.

Obriga-se também ao comodatário a fazer uso da coisa emprestada, de acordo com o contrato ou com a natureza dela, sob pena de responder por perdas e danos e provocar a rescisão do contrato. Em caso de desvio de uso configura séria infringência contratual, sujeitando-se o comodatário ao ressarcimento dos prejuízos dele advindos.

Convém salientar que o comodato celebrado pela administração pública confere a esta o direito de uso de bem particular, este uso deverá ser devidamente justificado, respeitado os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade, também deve ser analisados os critérios de necessidade e do interesse público na medida.

Nestes termos, é lícito à Câmara Municipal aprovar a autorização pleiteada de contrato de comodato, na estrita observação da lei, da necessidade e do interesse público.

II.3 - Da tramitação e votação

A propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de **Legislação, Justiça e Redação** (art. 51, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno) e de **Finanças e Orçamento** (art. 51, inciso II, alínea "I", do Regimento Interno).

Para aprovação do Projeto de Lei nº 52/2022 será necessário o voto favorável por maioria simples, em dois turnos de discussão e votação.

III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, diante dos aspectos formais que cumpre examinar neste parecer, a Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal do ponto



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

de vista de constitucionalidade, juridicidade, e boa técnica legislativa, OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 52/2022.

Impende destacar, que a emissão do presente parecer não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos ser utilizados ou não pelos nobres Edis.

É o parecer, salvo melhor juízo das Comissões Permanentes e do Plenário desta Casa Legislativa.

Juína/MT, 06 de dezembro de 2022.

Janaína Braga de Almeida Guarienti

Procuradora Legislativa

OAB/MT 13.701 - PORTARIA Nº 42/2019